

Apresentação

Serviço Social, habitação e direito à cidade: favelas, periferias, subúrbios e assentamentos informais

As cidades são, há muito tempo, um objeto privilegiado das ciências sociais. A historiografia dos estudos urbanos revela diferentes aspectos desses espaços: sua função política, as diferentes formas de percepção e apropriação do espaço urbano, seu viés econômico, a exemplo dos processos de industrialização e seu impacto sobre a relação capital/trabalho, bem como a mobilização dos trabalhadores a partir dessa ótica.

O objetivo desse dossiê não é trabalhar aquelas áreas da cidade já longamente descritas e analisadas. Dentro de um esforço interdisciplinar, com ênfase nos aspectos históricos, pretende-se compreender a formação e consolidação dos bairros informais e periféricos.¹ Tais espaços têm sido uma sentida ausência nas produções de cunho histórico. Quando se escreve sobre o samba, por exemplo, muitas vezes temos as favelas cariocas como meros coadjuvantes espaciais. O mesmo pode ser dito sobre mocambos, vilas e diferentes formas de moradia oriundas, na maior parte do tempo, por autoconstrução, e que representam estratégias de garantir o direito à cidade. As percepções sobre as formas de moradia na cidade, entre o *regular* e o *irregular*, o *legal* e o *ilegal*, o *central* e o *periférico*, não são meras descrições de espaços físicos ou de localização na cidade. Constituem e são constituídas de disputas simbólicas que formam as percepções sobre morro, favela, subúrbio, periferia...

A partir do pensamento de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço, entendemos aqui o direito à cidade não somente como o direito a acessar os benefícios da cidade, mas também o direito de participar de sua construção. A cidade é uma obra coletiva e as suas configurações espaciais um elemento político. As lutas sociais não se dão somente na cidade, mas também pela cidade que vivemos e almejamos. A polis é ao mesmo tempo cenário e objeto das lutas. Como bem salienta Ananya Roy a partir do pensamento de Abdoumalig Simone para o contexto africano, o direito à cidade deve ser pensado como um direito a múltiplas aspirações (Roy, 2009: 135).

¹Não utilizamos o termo bairro em contraposição à favela, mas como unidade de vizinhança com a construção de interesses e identidades comuns entre os moradores e usuários na localidade onde vivem, trabalham e se relacionam.

Há décadas que se reproduz, conforme reflexão de Brodwyn Fischer, uma espécie de presentismo em relação às favelas cariocas (Fischer, 2014: 50). De certa forma, a questão dos bairros informais, no Brasil e no mundo, sempre emerge como um problema novo, mas sempre com a mesma roupagem. Essa forma de compreensão de tais espaços como um problema a ser resolvido acaba distorcendo a compreensão dessa realidade, comprometendo políticas públicas e perpetuando formas específicas de intervenção. Os espaços informais se manifestavam como parte provisória da cidade e estavam condenados a acabar diante do desenvolvimento da sociedade. O caráter provisório e emergencial desses espaços trouxe evidentemente questionamentos quanto à reflexão histórica sobre esses espaços. Como fazer história de algo que não deveria existir e estava condenando a desaparecer? Como pensar no passado de algo que não tinha futuro?

Fazer a história desses locais, resgatar a memória dos moradores, compreendendo o seu cotidiano se manifesta como algo imprescindível para a formulação de novas políticas públicas para esses locais. Esse é o esforço dos organizadores desse dossiê, que propõem, desde 2012, um Simpósio Temático, intitulado *Habitação e direito à cidade: favelas, subúrbios, periferias e assentamentos informais no Brasil*, nos encontros regionais e nacionais de História da ANPUH. Aliás, parte dos artigos desse dossiê são trabalhos apresentados e discutidos nesses encontros.² Os trabalhos aqui apresentados não são necessariamente de História stricto sensu, mas procuram levar em conta o aspecto histórico de formação desses espaços como um elemento primordial para compreender as dinâmicas ali existentes.

Michel de Certeau (1982), em conhecida reflexão, caracteriza a *operação historiográfica* a partir de três pontos: lugar de fala, procedimento analítico e produção textual³. Podemos pensar o surgimento dos estudos históricos sobre favelas e a particularidade de suas produções a partir dessa abordagem.

Primeiramente, o lugar de onde se pesquisa refere-se à academia e ao grupo profissional. Nas últimas décadas, com inegáveis percalços, é verdade, houve certa popularização e maior facilidade de acesso ao ensino superior, ainda que haja muito mais a

² Parte dos artigos veio também do projeto de pesquisa, financiado pela FAPERJ, intitulado *Políticas urbanas, mobilização política e a regulação das favelas cariocas* (Edital Grupos emergentes/2014), realizado pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS/DSS/PUC-RIO). Esse projeto procura compreender as formas de administração e regulação das favelas cariocas em uma perspectiva interdisciplinar, com ênfase na perspectiva histórica.

³ Tendo em vista que se trata de um texto dos anos 1970, devemos expandir a noção de “produção textual final” para outros suportes de áudio e visual, pela textualidade intrínseca dessas mensagens e por cada vez mais serem campos explorados, não apenas, por historiadores.

ser caminhado. Inevitavelmente, novas tensões surgem a partir de convívios até então inexistentes. Novas realidades se oferecem para pesquisadores a partir de debates em sala de aula. E ainda há a feliz possibilidade, ainda extremamente insuficiente embora não inexistente, de quem até então nem tinha acesso à universidade passar a lecionar nela. Moradores desses bairros passaram a ocupar as salas de aula, enriquecem o debate e produzem conhecimento a partir da riqueza de suas experiências de vida.

Michel de Certeau pontua, ainda, que o início da operação historiográfica é o ato de escolha e separação de documentos, as fontes primárias da pesquisa. Os objetos quando tornados fontes, ou quando são catalogados e arquivados em instituições de salvaguarda documental, sofrem uma transformação em seu significado, transvestem-se de outra semântica. Tornam-se sujeitos de diálogo entre o historiador e seu objeto, ou seja, arquivar é um ato político. É extremamente precário os fundos sobre as lutas e o cotidiano dos moradores dos bairros informais e periféricos. De certa forma, arquivar documentos sobre esses bairros é reconhecer seu lugar na história e na própria cidade.

No entanto, quem realiza estudos nas áreas em questão sabe que seus moradores possuem a prática da guarda de documentos, principalmente como um ato político. Uma promessa de compra e venda dos anos 1980, uma correspondência recebida nos anos 1960, uma fotografia dos anos 1950 são formas de comprovar uma situação residencial em uma linha de *temporalidade*, ato muitas vezes usado como contraponto a uma situação não-regularizada de residência; o que pode fazer toda a diferença em negociações que podem ter sua ponta extrema uma remoção de lares. A questão do acesso às fontes documentais impõe muitas vezes criatividade do pesquisador, assim como o interpela a buscar novas metodologias de pesquisa. Muitos trabalhos sobre tais espaços se baseiam em um esforço de reconstituir a memória desses locais a partir de um rico diálogo entre fontes documentais de acervos públicos e pessoais com a etnografia e a história oral.

Para o pesquisador, esse diálogo permite desemaranhar os fios condutores de narrativas de um passado marcado por experiências e mobilizações políticas, que normalmente não constam em manuais oficiais ou livros didáticos de História. Descrever o cotidiano de vida e de lutas desses moradores denota, de certa forma, um ato político de resistência pelo direito à memória e ao passado. Será que o direito à cidade não passa em primeiro lugar pelo direito à memória? Tornar esses espaços objetos da História suscita um debate ampliado sobre como a sociedade preserva as fontes a partir das quais se construirão

narrativas sobre o seu passado, o que permitirá, certamente, melhor compreender os seus desafios atuais e futuros.

O presente dossiê é composto de 14 artigos, que abordam a temática em cidades e países distintos, tais como Rio de Janeiro, Portugal, Belo Horizonte, Florianópolis e Manaus.

Boa leitura!

Rafael Soares Gonçalves⁴
Mauro Amoroso⁵
Mario Brum⁶

Referências

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FISCHER, Brodwyn, “A century in the recent tense. Crises, politics, and the intellectual history of Brazil’s informal cities”, in Fischer, Brodwyn, Bryan McCann e Javier Auyero, *Cities from scratch. Poverty and informality in urban latin America*, Duke University Press, London, 2014, p.9-67

ROY, Ananya, Planejamento e gestão espacial da pobreza, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais*, Vº11, Nº1, 2009, p.129-139.

⁴ Doutor em História pela Universidade de Paris VII-Denis Diderot. Professor Adjunto II do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

⁵Doutor em História pelo CPDOC-FGV. Professor adjunto da UERJ/FEBF e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas.

⁶ Doutor em História pela UFF. Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas. da UERJ/FEBF.